

LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA: A LÍNGUA PORTUGUESA PELAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

Agnaldo MARTINO¹
Pós-doutorando – PUC-SP

RESUMO

A literatura pode ser considerada um documento histórico, passível de interpretação e análise, vista como uma versão de determinado fato ou momento, que depende da visão do autor que a produziu. Entende-se que a literatura constitui uma espécie de consciência social do contexto no qual se origina e com o qual mantém intensas e complexas ligações, que serão únicas em cada obra e constituirão a feição particular de todas elas. É exatamente por dar forma a questões que provêm da conjuntura maior na qual se insere que a obra literária hoje tem uma ligação direta com a História. Assim, analisar-se-ão algumas crônicas de Machado de Assis, a fim de destacar a atuação do escritor/cronista como observador dos usos que se faziam – a seu tempo, século XIX – da Língua Portuguesa, tanto na vida cotidiana das pessoas comuns, quanto nos textos literários, nas escolas e nas academias. As citações que Machado faz nos seus escritos sobre a língua empregada no Brasil equivalem a estudos de usos linguísticos; assim, as crônicas publicadas por ele ressaltam a visão linguística em voga na segunda metade daquele século.

Palavras-chave: Ideias Linguísticas. Língua Portuguesa. Fonte Histórica. Literatura.

Considerações iniciais

Uma das definições de fonte histórica, também designada como documentos, registros, vestígios², é todo e qualquer bem produzido pelo homem no tempo e no espaço, a herança material ou imaterial de nossos ancestrais que serve de alicerce para a construção de um conhecimento histórico (cf. SILVA & SILVA, 2010, p. 158).

Entre o século XVIII e início do século XIX, surgiram as primeiras ideias sistematizadas acerca da natureza das fontes históricas, quando os eruditos franceses começaram a também sistematizar a escrita da História. O documento, então, passou a ser considerado o instrumento privilegiado, detentor da verdade. Daí, advieram algumas correntes históricas, como os metódicos (ou positivistas, como consideram alguns) e os historiadores ligados à Escola dos *Annales*.

¹ Pós-graduando em Língua Portuguesa pela PUC-SP; autor do livro *Português Esquematizado*, Ed. Saraiva; membro do *Grupo de Estudo História das Ideias Linguísticas/PUC-SP*, coordenado pela Dra. Leonor Lopes Fávero, e do *Grupo de Estudo Leitura, Discurso e Mídia/PUC-SP*, coordenado pelo Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira. E-mail: agnaldomartino@gmail.com.

² Atualmente, utilizamos com mais frequência os termos *vestígios* e *registros*, indicando a nova concepção de pesquisa em história, com foco na cultura e no cotidiano.

Para os metódicos a História era construída pelos documentos escritos. A tarefa do historiador, portanto, era selecioná-los e submetê-los à crítica externa e à crítica interna a fim de comprovar sua autenticidade. “Nessa concepção, os documentos transmitiam o conhecimento histórico por si, e ao historiador só cabia coletá-los e agrupá-los, não questioná-los” (SILVA & SILVA, 2010, p. 158). Em outras palavras, o documento possuía, em si, a verdade de um passado que não podia ser interpretado.

Sob a influência de Marx, um dos precursores da contestação à imparcialidade na História – alguns historiadores, ligados à Escola dos *Annales*, passaram a contestar a pretensa objetividade e veracidade desses documentos, considerando a relação do historiador e a classe social a qual pertencia, uma vez que as representações sociais da comunidade em que vivemos, apesar de se pretenderem racionalmente universais, são sempre definidas pelos interesses das pessoas que as produzem (cf. CHARTIER, 1990, p. 159).

Depois dos *Annales*, o conceito de documento “foi modificado qualitativamente abarcando a imagem, a literatura e a cultura material” (CHARTIER, 1990, p. 159).

Com a ampliação do conceito de fonte, a História impôs novas tarefas ao pesquisador, dentre elas a de promover uma nova erudição baseada no aperfeiçoamento de métodos de comparatismo, utilização de fontes diversas e a preocupação com as teorias advindas de outras disciplinas com as quais promoveram interfaces.

Hoje, tomamos contato com a língua portuguesa de tempos passados pesquisando não só os instrumentos tecnológicos metalinguísticos – gramáticas e dicionários –, mas também por meio de estudos críticos linguísticos, crítica literária, planos de estudos de colégio como os do Colégio Pedro II, referência no ensino secundário durante muitos anos. Então, podemos incluir nesse rol a *literatura*, como fonte de pesquisa.

Nesse sentido, a literatura passa a ser considerada um documento histórico, passível de interpretação e análise, vista como uma versão de determinado fato ou momento, que depende da visão do autor que a produziu.

Uma importante observação deverá ser pontuada: a relação entre a Literatura e a História em termos de escrita não será analisada. Essa relação foi, e continua sendo, motivo para vários debates e pesquisas a fim de localizar na História elementos da narrativa literária, como em Ricoeur (*apud* REIS, 2010) e em Pesavento (2006).

A literatura, aqui, será uma fonte histórica, um documento que localiza, no tempo, o pensamento anunciado por um determinado autor sobre determinado assunto. Houaiss (1985), discutindo o ensino do português no Brasil, propõe:

Se se parte da muito provável hipótese de que, por 1800, os letrados (isto é, literatados) no Brasil seriam 0,5% da população e se chega a 1920 com 20-30%, vê-se que o número absoluto aumentou continuamente, pelo aumento do percentual e da população (3,5-4 milhões a 25-30 milhões). É campo para estudos relevantes saber como essa população literatada crescente influía, com sua oralidade progressivamente policiada pelos ideais gramaticais de bem escrever e falar, sobre o grosso da população. (HOUAISS, 1985, pp. 137-8)

O texto literário pode ser tomado como fonte de estudo da História, mesmo constituindo um tipo especial de fonte, na qual a dimensão artística, no caso literária, não pode ser deixada de lado. Entende-se que a literatura constitui uma espécie de consciência social do contexto no qual se origina e com o qual mantém intensas e complexas ligações, que serão únicas em cada obra e constituirão a feição particular de todas elas. É exatamente por dar forma a questões que provêm da conjuntura maior na qual se insere que a obra literária hoje tem uma ligação direta com a História.

Segundo Candido (2006), representa problema fundamental, na análise de obras literárias, verificar o modo pelo qual a realidade social se torna parte de uma estrutura literária, a tal ponto que ela possa ser analisada em si mesma, e também de que modo, apenas com o conhecimento da estrutura, é possível compreender a função que a obra literária desempenha (CANDIDO, 2006, p.9).

Candido diz ainda, sobre a obra literária:

Só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que se explicava pelos fatos externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos ainda que o externo, no caso o social, importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno. (CANDIDO, 2006, p.13)

O primeiro passo para o uso bem-sucedido da literatura como fonte histórica é ter consciência da relação arbitrária e *deformante* que o trabalho artístico estabelece com a

realidade (cf. Moisés, 1970). Porque a arte é sempre uma forma de “poetizar” a vida, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente.

Constitui, hoje, *lugar-comum* dizer que a arte literária exprime a sociedade, ou seja, reflete o estado das *coisas*. Na prática, chegou-se a um ponto – pouco produtivo – de avaliar em que medida certa forma de arte ou certa obra corresponde à realidade. E surgem, assim análises superficiais, que tentam explicar a arte à medida que ela descreve os modos de vida e interesses de tal classe ou grupo. Esse tipo de análise não nos interessa.

Interessa-nos a literatura como forma de expressão de ideias, de pontos de vista, de opinião e, sobretudo, como “forma de conhecer o mundo” – seguindo a opinião de Moisés (1970).

A arte literária [...] não se reduz apenas a uma forma banal de entretenimento. Quando é entretenimento, é-o duma forma superior, visto que o jogo e a arte jamais se separam. Entretanto, mais do que forma elevada de recreação, a Literatura constitui uma forma de conhecer o mundo e os homens: dotada duma séria “missão”, ela colabora para o desvendamento daquilo que o homem, conscientemente ou não, persegue durante toda a existência. E, portanto, se a vida de cada um corresponde a um esforço contínuo de conhecimento, superação e libertação, à Literatura cabe um lugar à parte, enquanto ficção expressa por palavras de conteúdo múltívoco. (MOISÉS, 1970, p. 28)

Ao pesquisador que pretende utilizar a literatura como fonte, cabe mostrar que a arte é social em dois sentidos: 1º) a arte depende do meio histórico e 2º) a arte age sobre o meio histórico, sem perder de vista que ela é produzida por um sujeito inserido num contexto histórico, que vê, analisa, percebe e também age nesse mesmo contexto. A ele, pesquisador da literatura como fonte, deve importar principalmente a análise dos tipos de relações e dos fatos estruturais ligados à vida artística, como causa ou consequência; e para isso, sua primeira tarefa é investigar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais.

Assim, tomar a literatura como fonte histórica requer o cuidado de lidar com um documento no qual a História se faz presente por meio da linguagem mediadora do escritor e seu estilo.

O cronista Machado de Assis e a Língua Portuguesa

No Brasil, um dos maiores expoentes da Língua Portuguesa é Machado de Assis (1839 a 1908). Ele viveu o século XIX, o das grandes transformações, tanto tecnológicas quanto político-sociais; presenciou a formação de influentes correntes ideológicas, como o darwinismo e o positivismo; corroborou com as mudanças literárias, do Romantismo para o Realismo/Parnasianismo; assistiu à mudança de regime governamental, passando do Império para a República. É nesse período que surge, no povo, de modo geral, o sentimento de nacionalismo, trazendo consigo o gosto pelas tradições regionais, pela poesia popular, e também (cf. Proença Filho, 2008, p. 194), pela história e pela literatura da Idade Média – Gonçalves Dias e José de Alencar são representantes desse momento.

Todas essas transformações estão presentes também na maneira como o homem do final do século XIX usa e pensa a língua portuguesa em nosso País. Nabuco (2005, p. 205), no Discurso da Sessão Inaugural da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897, afirma que “A língua é um instrumento de idéias que pode e deve ter uma fixidez relativa.”

Auroux (1989) atesta isso ao afirmar que o sentimento de identidade nacional é transmitido pelos conhecimentos linguístico:

Le purisme et l'exaltation de l'identité nationale avec leur accompagnement de constitution/préservation d'un corpus littéraire (qu'il soit religieux ou profane), sont, par exemple, des phénomènes quasi-universels dans la constitution, spontanée ou par transfert, des savoirs linguistiques³. (AUROUX, 1989, p. 28)

Em 1897, num discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, Machado de Assis (2005) trata dessas transformações linguísticas, e pede aos seus colegas acadêmicos “grande e compassada atenção” a elas, pois elas “serão matérias de útil e perfilado estudo.” E explica a razão disso:

No próximo ano não temos mais que dar andamento ao anuário bibliográfico, coligir os dados biográficos e literários, como subsídio para um dicionário bibliográfico nacional, e, se for possível, alguns elementos do vocabulário crítico dos brasileirismos entrados na língua portuguesa, e das diferenças no modo de falar e escrever dos dois povos, como nos obrigamos por um artigo do regimento interno.

³ *O purismo e a exaltação de uma identidade nacional, com o acompanhamento da constituição/preservação de um corpus literário (seja ele religioso ou secular) são, por exemplo, fenômenos quase-universais na constituição, espontânea ou por transferência, de conhecimento linguístico.* (Em tradução livre)

São obras de fôlego, cuja importância não é preciso encarecer a vossos olhos. Pedem diuturnidade paciente. A constância, se alguma vez faltou a homens nossos de outra esfera, é virtude que não pode morar longe desta casa literária.

O último daqueles trabalhos pode ser feito ainda com maior pausa; ele exige, não só pesquisa grande e compassada atenção, mas muita crítica também. As formas novas da língua, ou pela composição de vocábulos, filhos de usos e de costumes americanos, ou pela modificação do sentido original, ou ainda por alterações gráficas, serão matérias de útil e porfiado estudo. Com os elementos que existem esparsos, e os que se organizarem, far-se-á qualquer coisa que no próximo século se irá emendando e completando. Não temamos falar do próximo século, é o mesmo que dizer daqui a três anos, que ele não espera mais; e há tal sociedade de dança que não conta viver menos. Não é vaidade da Academia Brasileira de Letras lançar os olhos tão longe.

A Academia, trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos, buscará ser, com o tempo, a guarda da nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas, – o povo e os escritores, – não confundindo a moda, que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de vós tem para si que a Academia decreta fórmulas. E depois para guardar uma língua, é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas. A autoridade dos mortos não aflige, e é definitiva. Garrett pôs na boca de Camões aquela célebre exortação em que transfere ao “Generoso Amazonas” o legado do casal paterno. Sejamos um braço do Amazonas; guardemos em águas tranqüilas e sadias o que ele acarretar na marcha do tempo.

Não há justificar o que de si mesmo se justifica; limito-me a esta breve indicação de programa. As investigações a que nos vamos propor, esse recolher de leitura ou de oitiva, não será um ofício brilhante ou ruidoso, mas é útil, e a utilidade é um título, ainda nas academias. (ASSIS, 2005, pp. 24-5)

Isso, porém, não quer dizer que Machado de Assis aceitasse toda e qualquer interferência popular na língua portuguesa, para ele havia um limite entre o que se poderia e não se poderia transferir da linguagem popular para a literatura. Percebemos isso pela afirmação que faz:

A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão. (ASSIS, 2008, p. 1210)

Esse processo constante de apropriação e transformação dos conhecimentos linguísticos ocorre de maneira diferente nas várias culturas. Segundo Aurox (1989),

On doit d'abord distinguer les sociétés traditionnelles et les sociétés modernes. Dans le premières, le présent n'abolit pas le passé, ils coexistent tous deux.

C'est ainsi qu'aux Indes, en Chine, dans l'Antiquité Occidentale, les savoirs linguistiques ne sont jamais vraiment perçus comme obsolètes. Dans l'Europe moderne et dans les grandes civilisations contemporaines, au contraire, les hommes vivent leur histoire en fonction de l'exigence du progrès et de l'idée qu'il dépasser le passé⁴. (AUROUX, 1989, p. 31)

O Brasil da segunda metade do século XIX pertence ao grupo das nações em que *os homens vivem a sua história de acordo com a exigência do progresso*.

Não se deve perder de vista que o patrulhamento gramatical, nessa época, era impiedoso – mostra disso foram as críticas que sofreu José de Alencar por criar textos fora da convenção gramatical preconizada pelos puristas, que aceitavam apenas, como boa língua, os modelos clássicos. Alencar, acusado em escrever *numa outra língua* que não a portuguesa, pretendia apenas dar cor local ao seu texto, produzindo obras com um certo grau de brasilidade. Era a época do grande sentimento de nacionalismo linguístico.

A partir do entendimento do processo de disseminação e crescimento da imprensa no Brasil, vamos também entender as questões sociais e linguísticas que pulularam nesse período. Por vontade de alguns e contra a vontade de outros, buscava-se, então, uma identidade linguística brasileira. Como o jornal era o meio de expressão de muitos dos escritores da época, era nele que essas contendas se davam.

Com a independência política brasileira, em 1822 – que permitiu aos brasileiros “cuidar por si mesmos dos problemas relativos à língua herdada” (ELIA, 1961, p. 135) –, gramáticos e filólogos envolveram-se em discussões acerca da língua nacional. Buscava-se uma identidade linguística, “na alma do povo” (ELIA, 1961, p. 135), na qual pudesse a nação estar refletida. Ribeiro (1979, p. 182), no final do século XIX, ao tratar da importância dada à manutenção do purismo linguístico pelos gramáticos que resistiam às ideias do uso da língua falada na literatura brasileira, afirma ser a questão da gramática “tão importante como a questão do café”, para os brasileiros: tratava-se, na verdade, de uma questão política, mais do que propriamente linguística.

⁴ Devemos, inicialmente, distinguir sociedades tradicionais de sociedades modernas. Na primeira, o presente não aboliu o passado, coexistem ambos. Assim, na Índia, na China, na Antiguidade Ocidental, o conhecimento linguístico nunca é realmente percebido como obsoleto. Na Europa moderna e nas grandes civilizações contemporâneas, ao contrário, os homens vivem sua história de acordo com a exigência do progresso e a ideia de que vão além do passado. (Em tradução livre)

Machado de Assis também se apropria desse sentimento e o representa em suas crônicas por meio do emprego de brasileirismos – palavras, locuções ou construções próprias da língua portuguesa americana, sejam elas lexicais ou sintáticas. Machado contribuiu para promover, na medida do possível, o abasileiramento da nossa língua, escrevendo-a de “forma apurada, singela e graciosa [...] capaz de guardar [...] toda essa intimidade brasileira” (MOTA FILHO, 1958, p. 44).

Machado fala das “cores do país” na crônica de 24 de março de 1873 – “Notícia da atual literatura brasileira. Instituto de Nacionalidade”:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. (ASSIS, 2008a, p. 1203)

Os estudos gramaticais da segunda metade do século XIX são representações⁵ de um ideal nacionalista e de uma identidade brasileira, desencadeados por mudanças econômicas e sociais ocorridas a partir dos anos 1850. Essas representações, construídas por meio de discursos e práticas, apresentam duas vertentes distintas: 1^a) os legitimistas, ou puristas — que acreditavam na supremacia e no rigor da língua portuguesa europeia como diferencial de um povo que fora moldado pelos cânones culturais portugueses – ; 2^a) os separatistas, ou dialetistas — que defendiam o falar brasileiro e o uso de brasileirismos (no léxico, na morfologia e na sintaxe) como características de uma idealizada língua brasileira, independente da portuguesa⁶. Ocorrem, então, as polêmicas que envolveram José de Alencar e Pinheiro Chagas, Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco, Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro⁷. Caracteriza-se, assim, uma

⁵ Para Chartier, (1990: 19), as representações do mundo social, independentemente da atuação de seus atores, “traduzem as suas posições e interesse objetivamente confrontados e, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”.

⁶ “Mesmo depois da Independência (1822), a fidelidade à pureza da língua manteve-se. Fidelidade que muitas vezes chegou ao exagero, numa atitude de purismo intransigente. Bastará recordar, no começo deste século, as discussões calorosas a propósito da legitimidade das formas vernáculas entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, entre Heráclito Graça e Candido de Figueiredo — entre dezenas de outros menos importantes. A nossa escola parnasiana caracterizou-se principalmente pela perfeição do vernáculo” (SILVA NETO, 1963: 164).

⁷ Os textos dos autores aqui citados – além de outros que participaram da dualidade puristas/dialetistas – podem ser lidos em PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

preocupação com a diferença entre a língua portuguesa de Portugal e a do Brasil. Sobre isso, escreveu Pinto (1978):

A Leitura mais perfunctória dos textos mais representativos do pensamento brasileiro sobre a língua nos cem anos que vão de 1820 a 1920, já faz emergir esta verdade que é raiz de muitas outras: – *a falta de formação e de informação lingüística*, não só – o que seria justificável – por parte dos leigos, aos que coube, predominantemente, o tratamento do assunto, mas também por parte dos especialistas.

Os trabalhos a respeito da língua processavam-se muitas vezes ao sabor das polêmicas ou de circunstâncias propícias, de forma que raramente estiveram ausentes argumentos de ordem subjetiva, postos a serviço das conveniências pessoais do interessado, ou de seus ideais nacionalistas. Com raras exceções, não há reflexão ponderada, estudo alongado, com vista à análise e à interpretação objetiva do caso brasileiro. (PINTO, 1978, p. XLV)

Machado apropriava-se de todas essas ideias e apresentava-as em suas crônicas. Sobre a dicotomia entre purismo e dialetismo, escreveu:

Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalado em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da língua francesa. Este ponto é objeto de divergência entre os nossos escritores. Divergência digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípio.

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.

Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão. (ASSIS, 2008a, p. 1210)

Os intelectuais envolvidos nas polêmicas linguísticas reinterpretavam e utilizavam diversos modelos culturais em circulação para construir os ideais de uma língua nacional. Sobre a polêmica entre Alencar e Pinheiro Chagas, Teyssier (2001), revisando a defesa de Alencar, afirma: “O que recusa é o purismo mesquinho e estéril; o que procura é a expressão nova, autêntica e viva”.

Devemos, contudo, compreender que a maneira pela qual esses escritores que buscavam originalidade ou nacionalidade linguística apropriavam-se⁸ daqueles modelos culturais é resultado de operações sutis, de táticas que articulam os detalhes do cotidiano; em outras palavras, respeitando os limites dados pelas estratégias de imposição, esses intelectuais produziram, a partir de sua capacidade de compreensão, e adaptaram tais modelos aos seus interesses de forma criativa. Não havia, na verdade, uma teorização fundamentada – os estudos se faziam a partir de especulações:

Chama a atenção ainda o fato de que a própria matéria em pauta, isto é a existência de um *dialeto* ou de uma *língua* própria do Brasil, não tenha levado ninguém a pesquisar teoricamente o assunto para conceituar os termos e assim fundamentar sua posição. O que ocorre é quase sempre uma argumentação impressionista, em que se elude a questão essencial, ou se descarta, declaradamente (Macedo). (PINTO, 1978, p. XLVII)

As posições conflitantes dos gramáticos, filólogos e escritores decorriam, em grande parte, da apropriação das várias doutrinas linguísticas — a exemplo das teorias de Müller⁹, Bréal, Littré, Brunot, Diez, Bopp, Whitney e Adolpho Coelho — que traduzissem seus anseios.

O argumento da tradição, porém, além de ser um dos mais contundentes na defesa da manutenção do purismo linguístico, era também aquele que mantinha os defensores da vernaculidade e os dialetistas/separatistas em comum acordo, pois ambos combatiam o desvirtuamento da língua, principalmente no tocante à adoção de estrangeirismos¹⁰. As múltiplas discussões empreendidas sobre a língua brasileira/portuguesa apontavam para os vários lugares — histórico, social, intelectual e cultural — que cada um dos polemistas ocupava¹¹.

⁸ Por apropriação entende-se a forma pela qual os indivíduos utilizam modelos culturais, em circulação num determinado momento, e os reinterpretam.

⁹ As teorias de Müller e Franz Boop foram, em grande parte, responsáveis pelas orientações de Fausto Barreto, mentor das reformas do Colégio Pedro II em 1870, que passou a conceber a língua “como organismo vivo, procurando aplicar o método positivo das ciências ao estudo da língua” (FÁVERO, 2000, p. 188).

¹⁰ A “supervalorização da língua literária obscurecia os argumentos de outro tipo que não os históricos (a tradição de uma apreciável literatura em língua portuguesa) e, eventualmente, os estéticos (caso quase ímpar de Alencar)”. (PINTO, 1978, p. LVIII). Para Mussalin (2004, p. 81), “estes diferentes modos de referir-se ao português do Brasil não se trata de inconsistência, incoerência ou mesmo contradição; trata-se, na verdade, da manifestação de um processo de constituição de uma identidade nacional, que terá que lidar de forma constitutiva com o elemento estrangeiro, ainda extremamente presente e dominante no cenário nacional [...]”.

¹¹ Para Brait (2000, p. 158), “gramáticos, filólogos, lingüistas, escritores, poetas enfim falantes que de alguma forma além de desfrutar a convivência com essa língua têm o poder de refletir sobre ela e expressar sua reflexão em forma de tratados, estudos, enredos e poemas, manifestam-se, e vêm se manifestando já há muito tempo, no sentido de definir o que ela é, o que se imagina que ela seja, deva ou possa ser, e que em cada momento histórico se diferencia, não necessariamente pela inevitável mobilidade linguística, mas especialmente pelas diferentes perspectivas políticas e teóricas que recortam e delinham ‘a língua nacional’ e, conseqüentemente,

Os puristas usavam o argumento da vernaculidade, referindo-se ao respeito à índole da língua de Portugal, elegendo-a como a mais nobre e, portanto, aquela a que os escritores brasileiros deveriam obedecer. Os vernaculistas defendiam o uso dos clássicos portugueses como modelos do bem falar e escrever a língua portuguesa, mesmo que esta, aqui no Brasil, apresentasse suas idiossincrasias. Inicialmente, portanto, o argumento da vernaculidade estava ligado à manutenção das regras e normas impostas pelos clássicos portugueses.

Foi Gonçalves Dias, entretanto, quem inaugurou a doutrina de que havia duas vernaculidades: a europeia e a americana. A partir das censuras feitas pelos portugueses à escrita dos brasileiros, Dias propôs o direito a uma vernaculidade brasileira, a um idioma que, tendo como base a língua portuguesa, fosse acrescido, remodelado, modificado para o uso dos brasileiros, enriquecendo, assim, o seu patrimônio, uma vez que era adaptado às necessidades desses usuários. Não se pode aceitar a ideia de que a vernaculidade do nosso idioma seja a mesma da língua de Portugal, uma vez a terra é outra, a gente é outra, a cultura é outra, a língua é outra. “O almiré do ouvido português não pode ser o diapásão da nossa eufonia vocabular.” (SANCHES, 1940, p. XXXIX)

Havia, assim, juntamente com o sentimento de nacionalidade, a defesa de uma língua que fosse reconhecida como brasileira. José de Alencar¹² – que inseriu, nas discussões, a noção de dialeto –, Couto Magalhães, Batista Caetano – que chegou a denominar de *vernaculice* a preocupação com a correção vernácula portuguesa – e Paranhos da Silva, entre outros, faziam parte desse grupo que acreditava em duas vernaculidades. Esses e outros escritores brasileiros assumiam, então, a brasilidade em suas obras, como um instrumento de afirmação do nacionalismo.

Aos poucos se perdera o complexo de colônia e se criava uma consciência nacional. Os espíritos ilustrados compreendiam não ser mais necessária ou obrigatória a dependência ao lusismo, ao lusitanismo. Derramava-se a noção de que era possível ter personalidade, ter, enfim, caráter nacional. Era possível, neste fim de mundo, constituir-se uma literatura própria, resultante

definem, idealizam e/ou estigmatizam, pelo bem ou pelo mal, os diferentes falares e os diferentes grupos de falantes”.

¹² Alencar defendeu a “existência de uma língua nascida da necessidade de exprimir a natureza brasileira, as impressões novas para as quais o ‘verbo humano’ ainda não havia criado as formas. Por meio das novas condições que rodeavam a linguagem dos colonizadores, esta se havia enriquecido dos elementos linguísticos da contribuição indígena e dos trabalhadores africanos escravizados. Da vida dos engenhos, das minas, surgia uma nova língua portuguesa de mistura com o falar dos índios e dos negros, diferente como a própria raça que se caldeava na terra americana. Surgia o dialeto, como lhe chamou Alencar, mais doce e mais sonoro, mais terno ou mais vibrante, mais límpido, mais cantante, mais irisado, mais solar...” (SANCHES, 1940: 30-1).

de ambiente próprio. Ambiente natural e ambiente espiritual. (SILVA NETO, 1963, p. 99)

Apesar disso, a tradição literária portuguesa prevalecia, pois a ruptura com o passado não fora uma lei a que deveria ser obedecida por todos os intelectuais brasileiros.

Como os escritores eram considerados guardiões da vernaculidade, cabia a eles o dever de “expurgar as características da fala popular, peculiaridades de sabor folclórico e sinônimo de ignorância da língua, como pretendiam João Ribeiro e Rui Barbosa” (PINTO, 1978, p. 37).

Machado de Assis, atento a tudo que acontece em relação à língua, faz alusão a essas questões em duas de suas crônicas, ao se referir à ortografia. Numa, comenta o problema da “escritura fonética”:

No meio dos problemas que nos assoberbam e das paixões que nos agitam, era talvez ocasião de falar da escritura fonética. O fonetismo é um calmante. Há quem o defenda convencidamente, mas ninguém se apaixona a tal ponto, que chegue a perder as estribeiras. É um princípio em flor, uma aurora, um esboço que se completará algum dia, daqui a um século, ou antes. A Academia Francesa, bastilha ortográfica, ruirá com estrondo; os direitos do som, como os do homem, serão proclamados a todo o universo. A revolução estará feita. A tuberculose continuara a matar, mas os remédios virão da *farmácia*. Talvez haja um período de transição e luta, em que as escolas se definam só pelo nome; e a *pharmacia* e a *farmácia* defendam o valor das suas drogas pela tabuleta. *Ph* contra *f*. Vira aí um problema de pacificação, como o que temos no Sul, mas muito fácil: bastará restaurar por decreto a velha botica, vocábulo que só se pode escrever de um modo. Todos morrerão com a mesma tisana e pelo mesmo preço.

A América segue os passos da Europa, estudando estas matérias. Na do Norte, em *New York*, uma associação filológica propõe grandes alterações no inglês e no francês. No francês acha que é bonito ou fonético escrever *demagog*, em vez *demagogue*, e propõe que se substitua *gazete* por *gazet*. Nós aqui poderíamos adotar já este processo, escrevendo *cacet* — em vez de *cacete*; a economia será grande, quer se trate de gente viva, quer propriamente de pau. Quanto ao inglês, a associação de *New York* converte o benefício em dólares, que é ainda mais fonético: “Milhões de dólares são gastos todos os anos em escritura e impressão de letras inúteis”. Enfim leio no *Jornal do Comércio* que a associação propôs já ao Congresso uma lei que obrigue os tipógrafos a se conformarem com alterações que ela indicara ou já indicou. (ASSIS, 2008b, p. 1172)

Noutra, nosso autor critica a variação ortográfica para uma mesma palavra:

Venhamos ao ofício das Alagoas. É datado da chefatura de polícia de Maceió, alude ao atropelo de cidadãos pacíficos por praças policiais, e continua: “e como não sejam estas as ordens desta chefia”... A primeira impressão que tive foi que, no meio de um conflito lingüístico, tivessem sido adotadas por lei as duas formas, e assim usadas no mesmo ato; era um modo de obter a

conciliação que as vontades recusavam. Atentando melhor, pareceu-me que o espírito culto do chefe de polícia achara assim uma maneira de conservar a forma correta da língua e a enfática da instituição. Mas tal explicação não me ficou por muito tempo. Em breve, achei que a razão do emprego das duas formas está naturalmente em que *chefatura* anda impressa no cabeçalho do papel de ofícios, e que a autoridade, mais correta que o fornecedor de objetos de expediente, usa a *chefia* que aprendeu. Nas Alagoas pode haver, como aqui no Rio de Janeiro, a *ortografia da casa*. Outra imprensa comporá *chefança*, outra *chefação*, outra *chefado*. Talvez o melhor seja conservar *chefatura*, uma vez que custa barato. Nos tempos difíceis mais vale a economia que a ortografia. (ASSIS, 2008b, p. 1262)

Essas polêmicas estenderam-se até início do século XX, e a posição da manutenção da tradição, ainda, era defendida:

O português culto do Brasil não deve ser, de nenhum modo, vil pasticho, imitação servil do português culto dos antigos (clássicos) ou do português castigado dos atuais grandes escritores do imenso Portugal. Com Alencar, Machado de Assis e Euclides da Cunha — para só falar nos maiores — já temos apreciável tradição de português culto. [...] Mas, por outro lado, não nos queiram impor, como padrão e modelo, o falar rústico e regional, cuja origem há de buscar-se no tosco linguajar de aborígenes e de negros recém-importados. Esse tipo de falar pode servir de base a uma interessante literatura regional (v. Catulo da Paixão Cearense e Leonardo Mota), mas nunca servirá de expressão e matéria-prima à verdadeira literatura nacional.” (SILVA NETO, 1963, p. 100).

Escritores que ignoravam, por exemplo, o uso de algumas preposições estariam cometendo não só uma transgressão aos preceitos estabelecidos pelas normas da língua portuguesa, como também faltas contra a pureza da língua, solecismos e outros erros de sintaxe. A vernaculidade brasileira, apesar de ser reconhecida como de índole e feição distintas da vernaculidade portuguesa, não admitia a transgressão às normas impostas pelos gramáticos e escritores portugueses. Assim, as idiossincrasias do léxico e da construção da língua brasileira, permitindo alguns usos de “cor local”, poderiam ser respeitadas, mas era necessário defender as normas gramaticais vigentes em Portugal.

Para Machado de Assis, essas idiossincrasias surgiam involuntariamente, e deveriam ser respeitadas:

Vamos ao meu ponto. Um telegrama de Santa Catarina, esta semana, trouxe um produto novo, filho do conflito, nada menos que um verbo. Meditai na superioridade do verbo sobre o homem, relendo S. João. “No princípio era o verbo, e o verbo se fez carne”. E superior e anterior. Qualquer que seja o resultado da luta entre os Srs. Machado e Hercílio, há um ganho efetivo. Temos um verbo. Os homens passam, os verbos ficam. Um dos telegramas

que dão notícia da aclamação do Sr. Hercílio para o lugar de governador do Estado, acrescenta: “Quedou afinal o governo do tenente Machado”.

A princípio cuidei que era um estratagema do fio. Obrigado a passar a notícia, e não sabendo em que paravam as modas, teria empregado um vocábulo que pelo sentido natural desse idéia contrária à que trazia. Quedou o governo, isto é, ficou, prossegue, está quieto. Mas abri mão da suspeita; o resto e o princípio do telegrama não permitiam semelhante interpretação. *Quedar*, no sentido telegráfico, era *levar queda*, cair.

Os substantivos, filhos de verbos, dão assim novos verbos. Se de *cair* se fez *queda*, era tempo que de *queda* se fizesse *quedar*. Dia virá em que este verbo, como o avô *cair*, produza também um substantivo, *quedação*. Passados anos, quando Hercílio e Machado descansarem para sempre no seio do Senhor, a geração haverá continuado. Santa Catarina poderá então telegrafar: “*Quedacionou* o governo de X...” Quem calculará o limite dessa geração contínua?

Notai que o que legitima um vocábulo destes, é a sua espontaneidade. Eles nascem como as plantas da terra. Não são flores artificiais de academias, pétalas de papelão recortadas em gabinetes, nas quais o povo não pega. Ao contrário, as geradas naturalmente é que acabam entrando nas academias. Um grave orador dizia há anos: “Senhores, sobre isto não me resta coisíssima nenhuma”. É um solecismo, concordo; mas vive. Também os aleijados vivem. Onde param tantas palavras, bem conformadas de puros gramáticos? (ASSIS, 2008a, p. 1003)

A vernaculidade americana era o jeito próprio de o brasileiro se expressar, de usar seu idioma. Sem essas características, a dicção nacional tornar-se-ia estrangeira. A vernaculidade encerrava em si o sentimento da nacionalidade e primitividade da linguagem. Tais ideias acerca da vernaculidade brasileira, em contraposição à portuguesa, estavam pautadas na apropriação dos discursos linguísticos que circulavam, principalmente, junto às reformas políticas e educacionais que fomentavam a construção de uma nação independente. Os gramáticos, e mais ainda os filólogos, sabiam que havia muitas diferenças entre as duas vernaculidades, mas sabiam também que era necessário sustentar a ideia da tradição clássica portuguesa para que os indivíduos permanecessem inseridos no meio intelectual. Ao mesmo tempo, então, que se defende uma língua genuinamente brasileira, é-lhe imposto o respeito à tradição clássica.

A contradição aparente está no fato de tratar da língua escrita como extensão da língua falada. Não há como negar a tradição clássica, mas também não há como negar as diferentes vernaculidades.

O aspecto que mais desrespeita a vernaculidade — tanto americana quanto europeia — é a inserção de palavras estrangeiras no léxico. Se, por um lado, havia gramáticos que propunham uma conciliação baseada em novos princípios linguísticos, como foi o caso de João Ribeiro, depois de revisar seus quadros teóricos, por outro, havia aqueles que defendiam a

liberdade da língua brasileira, como é o caso de José Veríssimo, aceitando os galicismos como enriquecedores de seu léxico. Para ele, “a vernaculidade e o respeito à índole da língua não significavam necessariamente purismo e submissão aos modelos clássicos” (VERÍSSIMO, 1907, p. 68).

Machado de Assis abre mão de estrangeirismos para conversar mais de perto com seus leitores, pois crê em que a língua do povo, que emprega esses estrangeirismos no seu dia a dia, pode muito bem conviver ao lado da língua considerada culta pelos puristas.

Machado usou anglicismos:

Algun dia, se o mundo ainda durar meio século e houver outra explosão nas barcas de Niterói, é provável que alguém se lembre da catástrofe da *Terceira*, e até as notícias e artigos de hoje. [...] Como se chamará a barca desse tempo? Aí está um objeto de apostas, agora que frontões e *bookmakers* tiveram alguns dias de folga. (ASSIS, 2008b, p. 1139)

Machado usou expressões francesas, sem tradução em muitas de suas crônicas, pois francês era, na época, língua de cultura; o Brasil estava, assim como o restante do mundo, sob influência das correntes filosóficas e culturais vindas da França. Todas as crônicas da seção *Gazeta de Holanda* (de 1º de novembro de 1886 a 24 de fevereiro de 1888) tinham como epígrafe os versos “*Voilà ce que l'on dit de moi / Dans a “Gazette de Hollande”*”. Na sessão “Bons dias!”, uma crônica de 22 de março de 1889 é dedicada inteiramente a discorrer sobre isso:

Bons dias!

Antes do último neologismo do Sr. Castro Lopes tinha eu suspeita, nunca revelada, de que o fim secreto do nosso eminente latinista, era pôr-lhe a falar *volapuk*. Não vai nisto o menor desrespeito à memória de Cícero nem de Horácio, menos ainda ao seu competente intérprete neste país. A suspeita vinha da obstinação com que o digno professor ia bater à porta latina, antes de saber se tínhamos em nossa própria casa a colher ou o garfo necessário às refeições. Essa teima podia explicar-se de dois modos: — ou desdém (não merecido) da língua portuguesa, ou então o fim secreto a que me referi, e que muito bem se pode defender.

Com efeito, no dia em que eu, pondo os meus *nosóculos*, comprar um *focáler* e um *lucivelo*, para fazer *preconício* na *Concião*, se não falar *volapuk*, é que estou falando cartaginês. E contudo é puro latim. Era assim até aqui; confesso, porém, que o último neologismo — digo mal, — por ocasião do último galicismo, perdi a suspeita do fim secreto. Dessa vez o autor veio à nossa prata de casa; não lhe tenho pedido outra coisa.

Não há neologismo propriamente, já porque a palavra *desempeno* existia na língua, bastando apenas aplicá-la, já porque no sentido de *à-plomb* lá a pôs no seu dicionário o nosso velho patricio Moraes. Contudo, foi bom serviço

lembrá-la. Às vezes, uma senhora, não sai bem vestida de casa por esquecimento de certa manta de rendas, que estava para um canto. Acha-se a manta, põe-se, a pessoa nada pediu emprestado e sai catita.

Contudo, surge uma dúvida. Hão de ter notado que eu sou o homem mais cheio de dúvidas que há no mundo. A minha dúvida é se, tendo já em casa o *desempeno*, para substituir o *à-plomb*, não será difícil arrancar este galicismo do uso, — quando menos do Parlamento, — onde ele é empregado em frases como estas: — "Mas o *à-plomb* do nobre ministro..." — "Não é com esse *à-plomb* insolente de S. Exa., é com princípios que se governam as nações..."

Para acudir ao mal, à dificuldade de extrair pela raiz esse dente francês, não poderiam usar a mesma palavra, com a forma portuguesa? Se *à-plomb* indica a posição tesa e desempenada da pessoa, dizendo nós *aprumo*, não teremos dado a nossa fisionomia ao galicismo, para incorporá-lo no idioma, já não digo para sempre, mas temporariamente? Deste modo facilitava-se mais a cura, embora fosse mais longa. Desmamava-se o galicismo.

Note-se que não estou inventando nada. Rebelo da Silva, homem de boas letras, escreveu esse vocábulo *aprumo*, e dizem que também anda em dicionários. Lá diz o Rebelo: "Respondendo... com o *aprumo* do homem seguro de ter cumprido etc. etc." Vá lá, desmamemos o galicismo, e demos-lhe depois um bom bife de *desempeno*. É verdade que podemos vir a ficar com as duas palavras, para a mesma idéia, coisa só comparável a ter duas calças, quando uma só veste perfeitamente um homem.

Mas confiemos no futuro; a *Gazeta*, que tem intenções de chegar ao segundo centenário da Revolução Francesa, aceitará o esforço generoso de alguém que bote o intruso para fora a pontapés. Desconfio que ele já anda em livros de outros autores; mas não afirmo nada, a não ser que, há muitos anos, quando me encontrava com um saudoso amigo e bom filósofo, dizia-me sempre:

— Então, donde vem com *esse aprumo*?

Tempos! Tempos! O século expira; começo a ouvir a alvorada do outro.

Ecco ridente in cielo

Già spunta la bella aurora... (ASSIS, 2008b, pp. 862-4)

A respeito da influência francesa em nossa língua, Machado faz considerações sobre o surgimento do *folhetim* no Brasil, criticando escritores da época, por achar que muitos deles imitavam o estilo francês de contar histórias, sem se preocupar em desenvolver uma forma nacional de registrar o cotidiano. Sodré (1966, p. 280) avalia que "com a costumeira argúcia, Machado de Assis já entendia o folhetim como instrumento de alienação, nos termos em que era difundido entre nós". Chegamos a esse posicionamento do nosso autor, pela leitura da crônica "O folhetinista", publicada em 30 de outubro de 1859.

Uma das plantas europeias que dificilmente se têm aclimatado entre nós, é o folhetinista.

Se é defeito de suas propriedades orgânicas, ou da incompatibilidade do clima, não o sei eu. Enuncio apenas a verdade.

Entretanto, eu disse – *difícilmente* – o que supõe algum caso de aclimação séria. O que não estiver contido nesta exceção, vê já o leitor que nasceu enfezado, e mesquinho de formas.

O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno; falo do jornal.

Espalhado pelo mundo, o folhetinista tratou de acomodar a economia vital de sua organização às conveniências das atmosferas locais. Se o têm conseguido por toda a parte, não é meu fim estudá-lo; cinjo-me ao nosso círculo apenas. [...]

Força é dizê-lo: a cor nacional, em raríssimas exceções, tem tomado o folhetinista entre nós. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil. Entretanto, como todas as dificuldades se aplanam, ele podia bem tomar mais cor local, mais feição americana. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional, tão preso a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa. (ASSIS, 2008a, pp. 1022-4)

Machado se preocupava com a independência do espírito nacional, que era prejudicado em termos literários com a importação do modelo do folhetim. Este chegava a condicionar os costumes do próprio folhetinista, preocupado com o que acontecia na França, sem se atentar à realidade nacional.

Tal postura mostra um cronista crítico do seu tempo e não indiferente com as questões relevantes ao desenvolvimento da crônica brasileira. Alguns estudiosos, como Antonio Candido (1992), Carlos Heitor Cony (1998) e Valentim Facioli (1982), consideram Machado de Assis o responsável pelo amadurecimento do gênero *crônica* em nosso país. Isso contribuiu para a transformação dessa *entidade literária*, sob vários aspectos, em um gênero tipicamente brasileiro. Essa hipótese sobre a nacionalidade do gênero é defendida por Moisés (1970), ao argumentar que a crônica não tem realmente nenhum “similar noutras literaturas, salvo por influência de nossos escritores (como na moderna Literatura Portuguesa)” (MOISÉS, 1970, p. 246).

Para alguns estudiosos oitocentistas, o colorido especial da vernaculidade americana estava também no uso dos brasileirismos — expressões tipicamente regionais consideradas impróprias na literatura. A vernaculidade da língua brasileira estava muito mais nas palavras espelhadas pela alma dos brasileiros e pela feição das coisas brasileiras do que “na pureza, na correção, propriedade dos termos, acerto das frases e da construção gramatical” (VERÍSSIMO, 1907, p. 37).

Ferreira (2007) diz:

Há nela [linguagem de Machado de Assis] muita coisa da nossa terra, particularmente do meio carioca: mucamas, pretos velhos, pegadores de

escravos fugidos, cenas de execução de negros, pregões melancólicos [...]. (FERREIRA, 2007, p. 5)

E continua:

Apreciemos [...] a pureza de sua língua, rarissimamente incorreta, o gosto do clássico, os tiques, a sintaxe, o vocabulário, os arcaísmos, neologismos, brasileirismos e estrangeirismos. (FERREIRA, 2007, p. 7)

Sobre esses usos linguísticos, Machado de Assis – sempre com o cuidado de falar ao leitor como amigo e não como autoridade – discute o uso de estrangeirismos na língua portuguesa do Brasil, recusando uns e aceitando outros:

[...] Não escrevo *pic-nic*, por ter a respeito deste vocábulo duas dúvidas, uma maior outra menor, como diziam os antigos pregoeiros de praças judiciais.

Aqui está a maior. Sabe-se que esta palavra veio-nos dos franceses que escrevem *pique-nique*. Como é que nós, que temos o gosto de adoçar a pronúncia e muitas vezes alongar a palavra, adotamos esta forma ríspida e breve: *pic-nic*? Eis aí um mistério, tanto mais profundo quanto que eu, quando era rapaz (anteontem, pouco mais ou menos), lia e escrevia *pique-nique*, à francesa. Que a forma *pic-nic* nos viesse de Portugal nos livros e correspondências dos últimos anos sendo a forma que mais se ajusta à pronúncia da nossa antiga metrópole, é o que primeiro ocorre aos inadvertidos. Eu, sem negar que assim escrevam os últimos livros e correspondências daquela origem lembrei que Caldas Aulete adota *pique-nique*; resposta que não presta muito para o caso, mas não tenho outra à mão.

Não me digas, leitor esperto, que a palavra é de origem inglesa mas que os ingleses escrevem *pick-nick*. Sabes muito bem que ela nos veio de França, onde lhe tiraram as calças londrinas, para vesti-la à moda de Paris, neste caso particular é a nossa própria moda. Vede *frac* dos franceses. Usamos hoje esta forma, que é a original, nós que tínhamos adotado anteontem (era eu rapaz) a forma adoçada de *fraque*.

A outra dúvida, a menor, quase não chega a ser dúvida, se refletirmos que as palavras mudam de significado com o andar do tempo ou quando passam de uma região a outra. Assim que, *pique-nique* era aqui, banquete, ou como melhor nome haja, em que cada conviva entra com a sua quota. Quando um só é que paga o pato e o resto a cousa tinha outro nome. A palavra ficou significando, ao que parece, um banquete campestre.

Foi naturalmente para acabar com tais dúvidas que o dr. Dr. Castro Lopes inventou a palavra *convescote*. O sr. dr. Castro Lopes é a nossa Academia Francesa. (ASSIS, 2008b, pp. 1122-3)

Assim, surge – a partir desses usos linguísticos apoiados na vernaculidade brasileira – uma representação da língua culta, mesmo que esteja ela sendo reavaliada pelos escritores e mesmo que alguns deles projetassem, em suas obras, termos e expressões indígenas ou transpusessem para a fala de seus personagens a língua falada pelo povo.

Considerações finais

Machado de Assis, como homem de seu tempo, apropria-se de todas essas discussões acerca da língua e as apresenta, em forma de conclusões pessoais, em seus escritos: “Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; como os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum.” (ASSIS, 2008a, p. 1211). Machado, entre outros grandes escritores de seu tempo, representava um modelo de equilíbrio entre tradição e modernidade. Candido (1975), ao citar as dualidades entre um grupo mais moderno e outro mais conservador – em relação à língua –, esclarece:

Se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo manifestada pelos modos mais diversos. Ora a afirmação premeditada e por vezes violenta do nacionalismo literário, com veleidades de criar até uma língua diversa; ora o declarado conformismo, a imitação consciente dos padrões europeus. Isto se dá no plano dos programas, porque no plano psicológico profundo, que rege com maior eficácia a produção das obras, vemos quase sempre um âmbito menor de oscilação, definindo afastamento mais reduzido entre os dois extremos. E para além da intenção ostensiva, a obra resulta num compromisso mais ou menos feliz da expressão com o padrão universal. O que temos realizado de mais perfeito como obra e como personalidade literária (um Gonçalves Dias, um Machado de Assis, um Joaquim Nabuco, um Mário de Andrade), representa os momentos de equilíbrio ideal entre as duas tendências. (CANDIDO, 1975, pp. 109-10)

A representação das ideias linguísticas de sua época faz com que a linguagem dos textos de Machado seja escurreita, concisa e, ao mesmo tempo, expressiva – apresentado, de modo geral, frases curtas com predomínio da ordem direta, vocabulário de língua corrente e uso da oralidade (brasileirismos, coloquialismos e conversas com o leitor). Como lembra Ferreira (2007, p. 8): “Difícilimo encontrar-se a perfeição da língua aliada à elegância sóbria do estilo. Machado representa, entre nós, o exemplo feliz dessa conciliação.”

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. “Discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, em 7 de dezembro de 1897”. In: *Discursos Acadêmicos – Tomo I, Volumes I – II – III - IV*. Rio de Janeiro: ABL, 2005.

_____. *Obra Completa, em quatro volumes – V.3*. Organização: Aluizio Leite Neto, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008a.

_____. *Obra Completa, em quatro volumes – V.4*. Organização: Aluizio Leite Neto, Ana

- Lima Cecilio, Heloisa Jahn. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008b.
- AUROUX, Sylvain. *Histoire des idées linguistiques – La Naissance des Métalangages en Orient et en Occident*. Tome I. Liege-Bruxelles: Pierre Mardaga, 1989.
- CANDIDO, Antonio & CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: do romantismo ao simbolismo*. Tomo II. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1975.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- _____. *Literatura e sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- CONY, Carlos Heitor. A crônica como gênero e como antijornalismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 mar. 1998. Caderno Ilustrada: 7.
- ELIA, Sílvio Edmundo. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: INL/ MEC, 1961.
- FACIOLI, Valentim. A crônica. In: BOSI, Alfredo et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Linguagem e estilo de Machado de Assis, Eça de Queirós e Simões Lopes Neto*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007.
- HOUAISS, Antônio. *O Português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.
- MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970.
- MOTA FILHO. Cândido. “Machado de Assis, escritor brasileiro”. In: *Machado de Assis, na palavra de Peregrino Júnior, Cândido Mota Filho, Eugênio Gomes, Aloysio de Carvalho Filho*. Salvador: Progresso, 1958.
- NABUCO, Joaquim. Discurso pronunciado na sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras em 20 de julho de 1897, na qualidade de Secretário-Geral. In: *Discursos Acadêmicos – Tomo I, Volumes I – II – III - IV*. Rio de Janeiro: ABL, 2005. pp. 5- 14.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma *velha-nova* história. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates, 2006. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/1560> (acesso em 28/01/2006)
- PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de Época na Literatura*. 15ª ed. rev. e ampl. 4 reimpr. São Paulo: Ática, 2008.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- RIBEIRO, João. *A Língua nacional e outros estudos linguísticos*. Petrópolis, RJ: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.
- SANCHES, Edgar. *Língua Brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

SODRÉ, Néelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Tradução Celso Cunha. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.

LITERATURE AS A HISTORICAL SOURCE: THE PORTUGUESE LANGUAGE FOR THE CHRONICLES OF MACHADO DE ASSIS

ABSTRACT

Literature can be considered a historical document, capable of interpretation and analysis, seen as a version of a given fact or moment, depending on the vision of the author who produced it. It is understood that literature constitutes a kind of social awareness of the context in which it originates and with which it maintains intense and complex connections, which will be unique in each work and will be the particular feature of all of them. It is precisely by giving form to questions that come from the greater conjuncture in which it is inserted that the literary work today has a direct connection with History. Thus, some chronicles of Machado de Assis will be analyzed, in order to emphasize the writer / chronicler's performance as an observer of the uses made in the 19th century of the Portuguese Language, both in everyday life of ordinary people, as well as in literary texts, schools and academies. The quotations that Machado makes in his writings on the language employed in Brazil are equivalent to studies of linguistic uses; thus, the chronicles published by him emphasize the linguistic vision in vogue in the second half of that century

Keywords: Linguistic Ideas. Portuguese language. Historical Source. Literature.

Envio: janeiro/2018
Aceito para publicação: maio/2018